

AS AUTÊNTICAS CARTAS DE PAULO

Quando falamos de cartas incontestavelmente autênticas, cartas que ninguém duvida sejam verdadeiramente de Paulo, é de se supor que há algumas sobre as quais há dúvidas se são realmente de Paulo ou de algum discípulo que usou seu nome para dar mais autoridade ao escrito. Isso hoje seria crime e levaria o autor à barra do tribunal. No passado não. Algum discípulo fiel e zeloso poderia imaginar: ‘Eu vou escrever o que Paulo, se estivesse vivo ainda hoje, diria sobre o que está acontecendo!’ Escrevia e, quando essa ‘pirataria’ era aceita como legítima e válida pelas comunidades, poderia até entrar para a Bíblia. Foi o que aconteceu com vários desses escritos.

Quais são as cartas que todos admitem como autênticas, ou seja, ditadas por Paulo, sem qualquer dúvida? Na ordem cronológica (discutível em alguns detalhes) são: Primeira aos Tessalonicenses, Filipenses, Filemon, Primeira aos Coríntios, Segunda aos Coríntios, Gálatas e Romanos.

Falta esclarecer que Paulo não escrevia simplesmente, ele ditava e alguém escrevia. Esse amanuense de então seria hoje um digitador. Aliás, o de Romanos, certamente já cansado de tanto escrever, deixou o próprio nome e lembranças suas também (Rm 16,22).

+++++

ALGUMAS CHAVES

Para abrir portas a gente precisa ter chaves. Assim também para entender melhor o que Paulo diz, para abrir as portas de seus escritos precisamos ter algumas chaves. São informações sobre a realidade daquele tempo, a fim de que a gente possa se situar melhor no mundo em que Paulo vivia e, então, perceber melhor onde ele queria chegar com esta ou aquela afirmação.

O POLÍTICO, O SOCIAL E O ECONÔMICO

O político. O mundo em torno do mar Mediterrâneo estava globalizado. As antigas nações que ali havia, eram, então, simples Províncias do único e grande Império Romano. O Reino ou Reinado era de César, o Imperador de Roma. Ele era o único rei verdadeiro. Só como um privilégio que ele concedia, alguns outros podiam, como Herodes, usar também o título de rei, que César retirava quando lhe parecesse conveniente. Ele era absoluto e todo poderoso. De César todos só recebiam benefícios, porque, bastava querer, ele podia destruir a vida de qualquer um sem dever satisfação a ninguém. Todos deviam ser gratos a ele, que os deixava sobreviver.

A César, o Pai da Pátria, cabiam todas as honras e todos os títulos. Ele era o Pai de todos, o Pacificador, o Senhor, o Salvador, o Rei da Paz e da Segurança, o Sumo Pontífice, o Filho de Deus, o Divino, o Deus acessível. Hoje, ainda se encontram monumentos daquele tempo exaltando a “paz e segurança” (1Ts 5,3) que o Imperador dava a todo o mundo que lhe era submisso. Havia templos e sacerdotes para o culto à deusa Roma e ao deus César. Calígula chegou a mandar fazer uma estátua de Júpiter, a principal divindade de Roma, com as feições dele, Calígula, para colocar no Templo de Jerusalém. Morreu antes que a loucura se consumasse.

O sistema de poder, sistema político, era de patronato e clientela, protetor e dependente, padrinho e afilhado. César, fosse ele Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero ou outro, era o patrono de todos, o Pai da Pátria. Ele era o grande protetor do império e todos lhe eram dependentes. Os clientes diretos dele tinham outros clientes, que tinham outros clientes, numa escala descendente de proteção e dependência. Os clientes eram profundamente gratos aos patronos de quem recebiam tudo como favores. Os patronos recebiam dos clientes todo o apoio e podiam se servir deles para tudo,

especialmente para alcançar esferas mais altas do poder. **O único relacionamento que havia entre as pessoas era de dependência e proteção.**

O Império respeitava as estruturas de poder que havia nas Províncias, desde que se comportassem como clientes. Na Palestina havia o Sinédrio, que era presidido pelo Sumo Sacerdote. Era César quem nomeava o Sumo Sacerdote e havia uma família de Sumos Sacerdotes que, espertamente, se revezavam nesta presidência. Além desses Sumos Sacerdotes, faziam parte do Sinédrio os “Anciãos”, na época os grandes proprietários de terras, ricos que emprestavam dinheiro aos pequenos proprietários da Galiléia e, depois, se apoderavam de suas terras, além de alguns Escribas mais importantes. O Sinédrio tinha certa autonomia, mas era submisso à autoridade romana.

O Império favorecia ao máximo a fundação e o desenvolvimento das grandes cidades. Nas grandes cidades de influência grega, que eram a maioria, quem decidia as questões de administração pública era o *demos*. *Demos* não era o povo todo como a gente se engana com a palavra democracia. Era a elite do lugar, as pessoas mais ricas e importantes. Certamente um número mais restrito de pessoas do que os “eLeitores” no Brasil da Velha República (senhores homens, possuidores de bens de fortuna acima de determinado valor e escolarizados). A assembléia do *demos* para decidir, sob a autoridade de Roma, as questões administrativas das cidades era chamada de *ekklesia* ou **igreja**. Essa palavra Paulo adotou para falar da reunião dos humildes cristãos.

O social. A sociedade era essencialmente desigual, à semelhança do corpo humano, como a cultura grega dominante entendia: A cabeça, que tudo governa, são os sábios, os poderosos e os nobres. Pés e mãos são membros de valor inferior, são os escravos, os trabalhadores braçais.

Os dirigentes não podem sujar e muito menos calejar suas mãos, isso é para os membros inferiores da sociedade. Era uma sociedade de classes bem definidas. Mais importante até do que o poder econômico era a origem da pessoa. Quem nasceu na classe dirigente será sempre um nobre. Quem nasceu escravo, mesmo que consiga a liberdade e grande fortuna, jamais poderá fazer parte da cabeça da sociedade, jamais será um nobre.

O econômico. O sistema político de patronato e clientela era uma boa máscara para o sistema de exploração econômica. César, o grande Pai, o Patrono do império todo, era na verdade o explorador máximo.

O Império respeitava as religiões dos povos dominados, respeitava suas estruturas políticas, as autoridades locais, sem o menor problema, contanto que não descuidassem dos tributos, que as rendas e riquezas fossem todas carreadas para Roma. Não explorava mais, somente para que o povo não morresse à míngua e parasse de produzir. É de Tibério César esta recomendação aos Governadores das Províncias: “É preciso tosquiar as Províncias, não barbear!”.

A Palestina era uma região naturalmente pobre, de terras ruins para a agricultura, e, além dos altos impostos exigidos pelo Império e extorquidos pelos “publicanos”¹, ainda era sobrecarregada com inúmeras taxas e dízimos para o templo de Jerusalém, além do ano sabático, um ano sem plantio a cada sete anos.

1 Publicanos eram aquelas pessoas a quem o Império Romano terceirizava a cobrança do imposto chamado “público”, semelhante a um imposto de circulação de mercadorias. Eles eram autorizados a cobrar esse imposto em um determinado ponto, sob a condição de remeterem para Roma uma quantia x a cada ano. Havia uma tabela, nem sempre respeitada (Lc 3,13) assim, eles podiam ficar extremamente ricos como Zaqueu (Lc19,1-2) que tinha mais de um ponto, era um empresário de cobrança de impostos.

O RELIGIOSO, O CULTURAL, O IDEOLÓGICO

Os três aspectos mutuamente se influenciam, misturam-se e até se confundem. Vamos vê-los todos juntos.

A grande diferença cultural entre judeus e gentios tem origem nas respectivas religiões. A religião judaica é radicalmente monoteísta, só admite um Deus e um Deus invisível, um Deus cuja face não se pode ver, um Deus que não pode e não admite de maneira alguma ser representado em imagem do que quer que seja. Já o mundo gentio ou “idólatra”, reconhece e aceita uma multidão de deuses. Para cada atividade humana, desde a caça, passando pela bebida, pela prostituição e chegando até à guerra, há um deus ou uma deusa que representa e patrocina aquela atividade. São representados nas mais diversas formas ou figuras e organizados em escala social semelhante à realidade humana. O mundo dos deuses reflete o mundo dos homens, patrocina todas as suas atividades e confirma a desigualdade social como divina e imutável.

O judaísmo é religião do Livro e da Lei. A aliança do povo com o seu Deus, único, invisível e absoluto, inclui uma Lei que regula e organiza a vida desse mesmo povo. Essa Lei é escrita e o livro, a Bíblia, era dividido em Lei de Moisés e Profetas, mas podia ser chamado simplesmente de Lei. Essa Lei regula a vida social, a convivência das pessoas no Povo de Deus. O povo judeu tem princípios éticos, de comportamento individual e coletivo, claros e firmes, fundados na fé em seu Deus. Pecado é a infidelidade à Lei. Os judeus formam o povo da Aliança, o povo escolhido por Deus. Os não-judeus ou gentios, que não têm Lei, são, por isso mesmo, pecadores.

No judaísmo havia várias tendências, movimentos ou associações religiosas. Antes de se tornar cristão, Paulo pertencia a uma delas, era fariseu. Para os fariseus, além das Leis que se encontram na Bíblia, há mais de seiscentos outros mandamentos conhecidos e transmitidos apenas oralmente.

Nessa Lei, escrita e oral, para muitos deles, está tudo. O que está de acordo com essa Lei é bom, justo e verdadeiro; o que não está de acordo com a Lei não pode vir de Deus, é apenas pecado. O capítulo 9 do Evangelho segundo João tem um episódio esclarecedor. Num sábado, Jesus cospe no chão. Da sua saliva, amassa um pouco de barro com o dedo e, com esse barro, unge os olhos do cego de nascença, que fica curado. Pois bem, para os fariseus Jesus não vem de Deus, é um pecador, porque não respeita o sábado, pois, segundo a sua tradição, uma das obras proibidas no sábado é exatamente amassar barro.

Para esses fariseus, a Lei resolve todos os problemas, ali Deus já disse o que tinha a dizer. Tudo já foi revelado, os fatos nada mudam e nada de novo se deve esperar deles.

CARTA X EPÍSTOLA

Muitos e competentes autores consideram irrelevante a distinção entre *carta* e *epístola*. Considero, porém, ilustrativa e, em algum caso, decisivamente significativa essa distinção, embora pareça coisa meramente teórica. Para quem insiste na distinção, a epístola apenas imita o estilo da carta para apresentar uma doutrina ou normas práticas.

Dois perspectivas principais fazem a distinção. Primeiro são os destinatários. Os da *carta* são bem claros e definidos, um indivíduo, uma comunidade ou grupo de comunidades de uma mesma região, com problemas concretos e bem definidos, os da *epístola* são genéricos ou indefinidos, como acontece em Efésios, onde nem consta com certeza a identidade dos destinatários.

Em segundo lugar, o objetivo. A *carta* destina-se a apresentar solução para questões atuais e locais bem definidas. Tudo o mais na carta, inclusive a apresentação de algum aspecto doutrinário, está orientado para isso. Já as questões abordadas na *epístola* não são tão bem definidas e, muito menos, orientadas para iluminar uma situação

determinada. Quando muito, trata de problemas genéricos de todo o movimento cristão daquela época. A epístola, por isso mesmo, está mais voltada para questões doutrinárias ou teóricas do que para a solução de problemas concretos e bem definidos.

Assim, quando dizemos que Efésios é epístola e Romanos é carta, estamos afirmando que na primeira a doutrina tem valor em si, a doutrina pela doutrina, enquanto que, na segunda, a doutrina está em função do objetivo, apresentar solução para problemas concretos e bem definidos.

O ESTILO OU ESTRUTURA EPISTOLAR

Não é muito diferente do nosso atual. Não se costumava indicar data e local.

O remetente se identificava logo no início, antes mesmo do nome do ou dos destinatários. Essa *apresentação* de remetente(s) e destinatários podia ser mais sóbria ou mais longa.

A *saudação inicial* de Paulo une a saudação do judeu, *shalom*, paz, à saudação grega que era *caire*, alegra-te, transformada por ele em *caris*, graça.

Costumamos iniciar uma carta familiar perguntando pelo bem estar dos amigos e dando graças a Deus por estarmos bem. Paulo começa as suas cartas dando graças a Deus pelo que há de bom naquela comunidade ou naquela pessoa a quem escreve. Assim, logo após a saudação inicial vem a *Ação de Graças*.

Em seguida costumamos entrar no assunto principal da carta, naquilo que a motivou. Assim faz Paulo também, logo após a Ação de Graças vem o que se costuma chamar o *Corpo da Carta*.

Costumamos também, logo em seguida, mandar alguns pequenos recados, recomendações ou mesmo conselhos. É o que também costuma fazer Paulo. Costuma-se chamar essa parte de pequenos recados, recomendações ou conselhos de *Prênese* ou parte parenética, se não *paraclese* ou parte paraclética.

Em seguida vêm as *lembranças e saudações finais*, como nós fazemos.

Paulo costumava ditar suas cartas e no final, nas últimas recomendações ou na saudação final, escrevia de próprio punho as últimas frases.